



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito

Gênese da espacialização produtiva e da rede urbana no Vale do Rio do Peixe, na região do Contestado Catarinense

Diego da Luz Rocha¹
Nilson Cesar Fraga²
Angela Zatta³

Resumo: O presente ensaio busca desvelar a gênese da formação produtiva e da rede urbana da região do Vale do Rio do Peixe, parte constituinte da região do Contestado catarinense, sobretudo no período formador que ocorre entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sendo ela fruto da formação socioespacial diversificada de diversas regiões em Santa Catarina, cujo processo de desenvolvimento econômico está na matriz do próprio desenvolvimento econômico estadual. A formação da rede urbana em si, se dá a partir da instalação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, geradora de pequena produção mercantil que estará na base do desenvolvimento de meios técnicos para municípios tais como, Joaçaba, Caçador e Videira, e foram decisivas para o desenvolvimento de indústrias e serviços, gerando centralidades regionais que seguem até o presente.

Palavras-chave: Rede Urbana; Vale do Rio do Peixe; Contestado; Desenvolvimento

Abstract: The present essay seeks to reveal the genesis of the productive formation and the urban network of the Vale do Rio do Peixe region, a constituent part of the Contestado region of Santa Catarina, especially in the formative period that occurs between the mid-19th century and the first decades of the 20th century, being the result of the diversified socio-spatial formation of several regions in Santa Catarina, whose economic development process is in the matrix of the state economic development itself. The formation of the urban network itself takes place from the installation of the São Paulo-Rio Grande Railroad, generating small mercantile production that will be the basis for the development of technical means for municipalities such as Joaçaba, Caçador and Videira, and were decisive for the development of industries and services, generating regional centralities that continue to the present.

Keywords: Urban Network; Vale do Rio do Peixe; Contestado; Development

¹ Geógrafo. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista CNPq. E-mail: rochageologia@gmail.com

² Pesquisador do CNPq/PQ. Geógrafo. Professor no Curso de Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL. Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. E-mail: ncfraga@uel.br

³ Administradora. Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: angiezatta@gmail.com



1. INTRODUÇÃO: A GÊNESE DA REDE E DO PROCESSO GEOGRÁFICO

A rede urbana no Vale do Rio do Peixe advém da formação das diversas regiões em Santa Catarina, cada uma com sua peculiaridade, mas que juntas configuram as características da rede urbana catarinense. Elencar o processo histórico de ocupação e o desenvolvimento econômico estadual é um esforço do presente artigo na tentativa de assimilar os acontecimentos históricos com o desenvolvimento da rede urbana regional.

Para englobar os diversos pontos de análise vale frisar a categoria de formação social, que pontua a evolução diferencial das sociedades ao colocar em evidência o trabalho do homem na transformação o espaço (SANTOS, 2012). Contudo, Espíndola e Silva (1997) pontuam que:

Partindo do pressuposto de que a noção de formação social está ligada à evolução de uma da sociedade em sua totalidade histórico-concreta, Milton Santos demonstra que ela não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, afinal este aparece tanto como produto quanto como uma condição da (re)produção social. Assim é que a noção adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações socioespaciais (ESPÍNDOLA; SILVA, 1997, p. 61-62).

Assim, ao investigar a gênese da rede urbana regional do Vale do Rio do Peixe vê-se a necessidade de compreender as especificidades, sua evolução, as relações internas e externas, dentro de uma realidade histórica sobretudo em uma base territorial (SANTOS, 2012). Raffestinn (1993, p. 143-144), atribui o território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Já Santos (2012) observa que

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história, mas em um dado momento ele representa um dado físico. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território (SANTOS, 2012, p. 233).



No que concerne aos movimentos socioterritoriais, aqueles que geram territorialidades e fixam territórios, é fundamental pensar que estes estão amalgamados na construção das histórias de vida das sociedades, sendo impossível ver, analisar e atuar sobre tais movimentos sem o necessário deslocamento até a origem de todo esse processo geográfico. Fraga (2019, p. 90) destaca que,

todos os movimentos socioterritoriais passam e convivem com mudanças e metamorfoses na sua relação espaço-tempo, pois cada momento histórico pressupõe uma inovação, que leva a uma renovação de tais movimentos, mas isso não elimina sua gênese, ou seja, as lutas sociais, a marginalidade, o grito dos desviados, o (re)aparecimento dos pequenos e mais frágeis assim como o rompimento da invisibilidade destes grupos aos olhos da sociedade contemporânea. Hoje, as liberdades de cada ser/sujeito busca imprimir sua externalidade, quando cada indivíduo se vê a partir de si para poder se reconhecer e fazer-se reconhecido.

Desta forma, a socioterritorialidade se caracteriza como produto resultante das lutas sociais ocorridas durante o processo de formação dos territórios, implicando diretamente no surgimento de múltiplas e complexas territorialidades, a exemplo da existente no Vale do Rio do Peixe.

No que tange as relações, o Vale do Rio do Peixe faz parte do palco de uma das maiores guerras civis do continente americano, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses pobres (GALEANO, 1986), já que se localiza dentro da Região do Contestado, e abriga mudanças no modo de produção e vivência do mundo. Mudanças que marcaram o passado e cujos reflexos ecoam até o presente.

2. O TERRITÓRIO REGIONAL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA

Erroneamente visto como um vazio demográfico, o Oeste de Santa Catarina teve suas fronteiras definidas a partir da conclusão da disputa entre o Brasil e a Argentina no período imperial, resolvido em 1895. Na República, até as duas primeiras décadas do século XX, foi designado pelo termo "serra" como uma referência a tudo o que estivesse a Oeste do planalto (RENK; WINCKLER, 2018). A Serra Acima teve seus limites internos definidos a leste e a norte depois de numerosas disputas judiciais, findas em 1916 com o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, depois da conclusão oficial da Guerra do Contestado.

A disputa territorial tem, porém, raízes econômicas que se refletem nas formas de uso da terra. Enquanto a Argentina tinha interesse na exploração dos ervais, local de trabalho caboclo, o imperialismo estadunidense e europeu buscava a expansão econômica por meio de obras de infraestrutura capazes de gerar uma inversão de capitais com as "taxas de juros elevadas e o domínio dos mercados internos das economias coloniais" (SINGER, 1977, p. 363). O mercado brasileiro antes dominado pelos ingleses e sem uma elite com



capital suficiente para investir em infraestrutura, passou a ser dividido progressivamente para outros países imperialistas, a exemplo dos Estados Unidos na figura da Brazil Railway Company. A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) entra para a história como uma obra humana capaz de criar uma “configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006, p. 39).

Apesar do discurso oficial de que a construção da EFSPRG iria "trazer desenvolvimento ao sertão", a população cabocla se viu sumariamente ignorada. Com a República impulsionando o desenvolvimento regional por intermédio de acordos e investimentos estrangeiros, o caboclo do Contestado foi desconsiderado legalmente, forçado a abandonar seu território ocupado há décadas (do qual não havia posse legal) e desumanizado pela mídia da época ao ser retratado como uma figura ora preguiçosa e pouco afeita ao trabalho, ora violenta e fanática.

Segundo Moraes (2018):

[...] a área já era ocupada milenarmente pelos indígenas que eram computados separadamente do controle demográfico geral. No Recenseamento Geral do Império de 1872, a composição racial informava 1.571 brancos, 615 pardos, 156 pretos, 686 caboclos – totalizando 3.028 pessoas; sendo 3.009 brasileiros, 19 estrangeiros, dos quais 533 sabiam ler e escrever, o 2.395 não sabiam realizar essas atividades. No primeiro recenseamento na República, datado de 1890, a população praticamente dobrou, atingindo 7.068. Esse aumento de 114% pode ser justificado com a instalação da Colônia Militar de Chapecó e Chopin, em 1882 (MORAES, 2018, p. 101).

A partir da Brazil Railway Company que constroeu a EFSPRG, é instalada na região a Southern Brazil Lumber and Colonization Company tinha interesses em explorar a área de floresta que lhe coube como pagamento pela construção da ferrovia, tratou de expulsar de seus domínios os moradores locais que não tivessem em mãos um título de propriedade, ignorando a Lei de Terras de 1850, com aval do Estado. Para tanto, criou seu próprio corpo de segurança, formado por 200 homens armados (FRAGA, 2010). Esta milícia formada por jagunços, começou a "limpeza da terra" para fins de exploração e colonização.

Embora a população no Oeste catarinense no final do século XIX não fosse expressiva, o mesmo não ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina chegou ao fim, podendo notar um aumento populacional no estado catarinense a partir da legitimidade da posse territorial em disputa com o Paraná, possibilitando o aumento populacional barriga verde a partir da definitiva incorporação da área em litígio (PIAZZA, 1982).

No que concerne as atividades econômicas desenvolvidas no planalto meridional em Santa Catarina, a erva-mate era escoada para Argentina e para província de São Pedro, sendo o vale do rio Uruguai e seus afluentes (aqui inclui o rio do Peixe), locais de produção



e comercialização – a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande teve grande valia no escoamento destas mercadorias (MORAES, 2018).

A formação do mercado nacional implicou, ainda, no surgimento de um capital mercantil — uma inovação considerável, capaz de alterar a estrutura da economia brasileira. Rangel (1957) defende que este é o germe do futuro mercado interno brasileiro, definido com o aparecimento da indústria e de um comércio interno conforme o capital mercantil deixou de servir apenas às relações com os países estrangeiros e olhou para si, tornando possível uma crescente divisão interna do trabalho.

O século XIX assistiu uma série de transformações econômicas que tiveram influência na evolução da rede urbana. Logo no início, a abertura dos portos marca a entrada do país na esfera da dependência direta das potências industriais; nos seus meados, a abolição do tráfico significou a libertação de capitais para as inversões em negócios, ou seja, em atividades relacionadas com o progresso urbano, com o seu mercado; por fim, quase ao encerrar-se o século, a abolição da escravidão, que atinou o mercado de trabalho. Em 1850, o Brasil dá os primeiros passos no sentido de sua modernização, iniciando uma fase de instalação de indústrias, de introdução de ferrovias, do telégrafo e de constituição de empresas de navegação (GEIGER, 1963, p.79).

Com o avanço das exportações, a rede urbana catarinense passou a integrar economicamente as regiões recém-ocupadas e também aquelas ainda em litígio. De acordo com Santos (2012), a ação de uma sociedade em um território é condicionada pelo modo de produção dominante na escada do sistema internacional; pelo sistema político responsável pelo impacto do modo de produção; e pelos impactos dos modos de produção e momentos precedentes ao modo de produção visto no momento atual. A colonização, orquestrada pelo sistema político dominante, condicionou um novo modo de produção no Contestado e caracterizou a interiorização das atividades produtivas nos moldes capitalistas.

Essa interiorização da atividade baseou-se na concessão de títulos de terra mediante a conquista desses Campos. A concessão de títulos de terra com o desenvolvimento da pecuária compõe as estratégias de colonização mista que unifica interesses Reino e de particulares – uma prática empregada ao longo de todo o processo colonizador e que também foi uma estratégia empregada na implantação dos núcleos coloniais no início do século XX (MORAES, 2018, p. 102).

Enquanto para a população cabocla a ajuda mútua e a partilha de bens para posterior devolução se mostra fundamental para a vida em sociedade, o uso de terras em sistema de faxinal, ou seja, em um sistema harmônico de criação de animais e plantio respeitando a floresta, a colonização introduz e generaliza a mercantilista no Contestado, criando uma distinção ideológica entre o caboclo e o colono (RENK; WINCKLER, 2018).

Em contraste com a perspectiva dos posseiros, para quem o habitus indicava que a terra pertencia a Deus ou ao Brasil, a colonização instaura um novo modo de produzir, de gerenciar, de pensar, isto é, um novo habitus. A apropriação privada da terra resulta na perda dos territórios ocupados, na desestruturação do modo de vida e na instauração de clivagem entre o colono e a população local. (RENK; WINCKLER, 2018, p. 13)



É neste caldo que se formaram os núcleos urbanos no vale do Rio do Peixe e no Oeste catarinense. Com a concessão de títulos de terra e o desenvolvimento da pequena produção mercantil, tem-se uma lógica capitalista imperando na região, visto que, nas primeiras décadas do século XX o número de municípios aumentou e suas interações comerciais e econômicas ganharam novas escalas tanto estadual quanto nacional. Miotto (2011) destaca a lógica capitalista fazendo um paralelo na atuação da rede urbana neste processo:

No sistema capitalista, onde opera a lógica da acumulação (pautada na exploração do trabalho, minimização dos custos e maximização dos lucros), a rede urbana assume características peculiares, fortemente ligadas às necessidades locais da produção e circulação de mercadorias (trabalho, bens, serviços, etc). A rede urbana conformada no subdesenvolvimento brasileiro baseou-se quase que exclusivamente na edificação das condições de acumulação do capital – seja com destino ao exterior, desde a colônia; seja em direção às oligarquias regionais e à industrialização do país. Serviu principalmente por articular a criação, apropriação e ampliação do valor através da circulação de capital, pessoas e mercadorias no território (MIOTTO, 2011, p. 9-10).

É, com o Acordo de Limites, em 1916, que a rede urbana do Contestado passa ser ampliada, sobremaneira com a imediata criação dos municípios de Porto União, Mafra, Joaçaba e Chapecó, que foram criados a partir dos territórios dos poucos já existentes antes da Guerra do Contestado, a exemplo de Lages, Curitiba e Campos Novos, por exemplo (FRAGA, 2017).

A REDE URBANA DO VALE DO RIO DO PEIXE

A rede urbana é definida por Corrêa (1994, p. 87) como “um conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente”, cuja compreensão advém das condições internas e externas. Na formação da rede urbana do Brasil Meridional, Mamigonian (2005) destaca a:

Presença de uma dinâmica pequena produção mercantil, reforçada por grande riqueza de profissões artesanais, comerciais e de serviços provenientes da Europa em industrialização; precocidade do processo industrial, iniciado com pequenos capitais nos fins do século XIX e produção; um dinamismo superior à média nacional das taxas de crescimento e produção de qualidade e fortemente concorrencial (MAMIGONIAN, 2005, p. 4).

Em um território de proporções continentais como o brasileiro, Brandão (2007) aponta a necessidade de interiorização para romper a fragmentação regional e o isolamento diante do todo. Neste sentido, a criação de meios de produção e logística articulados a uma rede nacional conseguiu transferir o capital e o ativo humano cada vez mais para o interior, além de interligar regiões a partir dos produtos, bens de consumo e relações comerciais.



A preocupação recorrente com a unidade e integridade de um território continental e insular requeria que se promovessem a conquista e a interiorização, construindo as vias de penetração necessárias ao rompimento da fragmentação e do isolacionismo da nascente nação. Era fundamental construir a soldagem de interesses específicos e dispersos (BRANDÃO, 2007, p. 99).

Enquanto Rangel (1957) defende que a pequena produção de mercadorias e a produção natural estão articuladas e engrenadas com a produção capitalista nacional e mundial, de forma que as pequenas unidades produtivas funcionam como células de um vasto e único organismo mundial, Vieira e Pereira (2009) questionam até que ponto o pequeno modo de produção mercantil presente no Vale do Rio do Peixe impactou a formação socioespacial, o desenvolvimento econômico local e de outras regiões do Sul do país, afirmando que

Ao se inserir esta pequena produção de imigrantes europeus ao lado da estrutura latifundiária, modificou-se, certamente o espaço natural, social e econômico, de forma incomensuravelmente mais expressiva do que o representado pela pequena produção posseira cabocla, e mesmo a açoriana (VIEIRA; PEREIRA, 2009, p. 194).

Aliada à modificação da estrutura fundiária, a substituição de importações que assumiu um caráter de pequena produção mercantil também coincidem com o 2º Kondratieff (MAMIGONIAN, 2000):

A contração da economia mundial capitalista, que estimulou a autossuficiência da fazenda escravista no Brasil, teve fim em 1848-50, e a partir daí a utilização maciça de transporte ferroviário e da navegação a vapor em todo o planeta garantiu grandes investimentos e incentivou a periferia a produzir mais gêneros de exportação. A economia brasileira voltou a se inserir na DIT, desestimulando a produção natural nas fazendas, que passou a declinar. Por outro lado, a reinserção do Brasil na DIT, propiciando recursos monetários aos fazendeiros, levou-os a abandonar suas casas-grandes, onde se realizavam os artesanatos de autoconsumo, e a se instalarem nas cidades, dando impulso à urbanização brasileira após 1850 (MAMIGONIAN, 2000, p.37).

Esta contração na economia mundial trouxe mudanças decisivas no cenário econômico nacional e impacto no processo de urbanização. A rede urbana catarinense se desenvolve a partir da concentração territorial de atividades econômicas, ou seja, da diferenciação geográfica nas condições de produção (BRANDÃO, 2007), seja com os pequenos núcleos urbanos presentes nos antigos caminho de tropas destinado a abastecer o Sudeste com carne e charque, seja depois da construção da Estrada de Ferro e dos movimentos de colonização. A partir destes movimentos os modos de produção e a dinâmica econômica do estado catarinense se alteram para formar núcleos urbanos com melhor infraestrutura.

A imigração europeia, apesar de ter iniciado ainda no período colonial, ganha maior força apenas após a independência, principalmente na segunda metade do século XIX. Essa imigração consolidou importantes núcleos de povoamento que contribuíram de forma decisiva à dinâmica socioeconômica do estado. Ao contrário do que correria na maior parte do país, o traço predominante de apropriação do território por essa população foi a pequena propriedade. Isso também deu característica específica à produção local que, embora e realizasse em pequena



escala e fosse artesanal, estava pautada em atividades diversificadas. Essas colônias constituíram as verdadeiras regiões econômicas, com dinâmicas internas próprias, pautadas na agricultura e no artesanato (MIOTO, 2011, p. 17-18).

No Vale do Rio do Peixe, as mudanças socioeconômicas sofreram grande influência desta contração econômica, favorecendo tanto o surgimento da pequena produção mercantil quanto ao crescimento dos centros urbanos no início do século XX. Além disso, a construção da Estrada de Ferro, a possibilidade de escoar a mercadoria para os portos de Paranaguá (PR), Santos (SP) e Navegantes (SC), e a facilidade do acesso à terra por meio da política de colonização direcionada para o Planalto, modificaram a estrutura produtiva local, antes baseada na exploração de erva-mate, criação de gado e comercialização de madeira, o que promoveu o crescimento econômico a partir de investimentos em novos meios técnicos nas décadas seguintes. Segundo Bez (2008):

O importante é perceber que as bases econômicas que responderam pela elaboração precípua das redes de transportes terrestre, com exceção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, tiveram início anterior desde a ocupação pastoril do século XVIII, dentro da dinâmica da formação socioespacial do planalto catarinense. A economia do gado, respondeu pela organização da vida de relações sociais locais (BEZ, 2008, p. 65).

É assim que a região transita da pequena produção nas grandes fazendas para a produção mercantil. Santos (2020) indica que as formas de produção e consumo moldam os investimentos e a divisão social e territorial.

É dessa maneira que se definem as formas de produzir e paralelamente as de consumir, as normas respectivas à divisão da sociedade em classes e a rede de relações a serem feitas. É também assim que se definem os investimentos a serem feitos. Tais investimentos cuja tendência é dar-se, cada vez mais, em forma de capital fixo, modificam o meio ecológico através de sistemas de engenharia que superpondo-se uns aos outros total ou parcialmente, vão modificando o próprio meio ecológico, adaptado às condições emergentes da produção. Dessa forma, opera-se uma evolução concomitantemente do homem e do que se poderia chamar de "natureza", pela intermediação das instituições e das firmas (SANTOS, 2020, p. 18).

Mioto (2011), por sua vez, aponta que:

A partir da diferenciação espacial, do desenvolvimento desigual, que se produzem e reproduzem as formações sócio-espaciais específicas, principalmente no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a divisão social e territorial do trabalho são imprescindíveis para entender a articulação das diversas escalas: suas hierarquias e especializações (MIOTO, 2011, p. 7).

Mas em Santa Catarina, Siebert (1996) chama atenção para o fato de que a rede, desenvolvida no sentido Leste-Oeste, se diferencia dos demais estados por não apresentar dominância absoluta de uma única cidade, mas uma distribuição multipolarizada de núcleos urbanos, um fator que advém muito mais da formação socioespacial do que da diferenciação espacial dentro da rede urbana.

A Rede Urbana catarinense desenvolveu-se, como o restante do país, no sentido leste-oeste, acompanhado, inicialmente, a colonização do litoral, seguindo, posteriormente, para os vales e para o planalto e, finalmente, nas últimas décadas, avançando para a fronteira agrícola do oeste do estado. No entanto, diferentemente



dos demais estados, onde ocorre a macrocefalia urbana, a Rede Urbana de Santa Catarina caracteriza-se por não apresentar dominância absoluta de uma única cidade, mas sim uma distribuição multipolarizada de núcleos urbanos de médio porte. Assim, a Rede de Cidades de Santa Catarina apresenta-se equilibrada⁴, com pequenas cidades muito próximas umas das outras (SIEBERT, 1996, p. 28).

Mamigonian (1969) observa a evolução populacional e econômica do Vale do Rio do Peixe ao reiterar que:

Estimulados pelos excedentes populacionais das velhas colônias italianas e alemãs do Rio Grande do Sul, formaram-se grandes companhias colonizadoras que loteavam a vale do Peixe e o Oeste catarinense em moldes capitalistas, com cidades, chácaras e colônias previamente demarcadas. Estas áreas nasceram no século XX, numa época em que o crescimento urbano no Brasil incentivou a produção agrícola. Assim, a agricultura destas áreas nasceu ligada ao mercado: junto com a policultura comercial surgiram os numerosos moinhos de trigo e frigoríficos de suínos, todos de iniciativas locais e na maioria de dimensões modestas. O pequeno comércio colonial export-import deu origem a empresas de várias atividades, aproveitando os produtos primários regionais (MAMIGONIAN, 1969, p. 36).

A colonização nas regiões citadas por Mamigonian (1969) tiveram um incremento populacional que pendurou até meados século XX. No final da década de 1920 uma mudança no modo de produção na região do rio do Peixe foi constatada e, ao mesmo tempo, havia uma certa relação com mercado nacional, precisamente após a crise de 1929 quando o mercado paulista, maior consumidor, deixou de importar produtos de outros países, possibilitando a maior integração da economia do Sul ao mercado paulista/nacional (CANO, 1985).

Em função da relação com o mercado nacional, os principais núcleos de povoamento do Vale do Rio do Peixe se deram nas adjacências das estações ferroviárias, tais como Caçador, Rio das Antas, Joaçaba e Videira, que, por sua vez, deram origem a outros núcleos urbanos (BEZ, 2008). Vale ressaltar que a estrada de ferro perpassa outros municípios do vale, sendo eles: Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Luzerna, Erval Velho, Lacerdópolis Ouro, Capinzal, Ipira e Piratuba.

Mamigonian (2009) vai pautar sobre a relevância das economias regionais dentro em uma escala nacional, ou seja, demonstrando que desde os anos de 1920 o Vale em tela apresentava um fluxo de mercadorias para São Paulo.

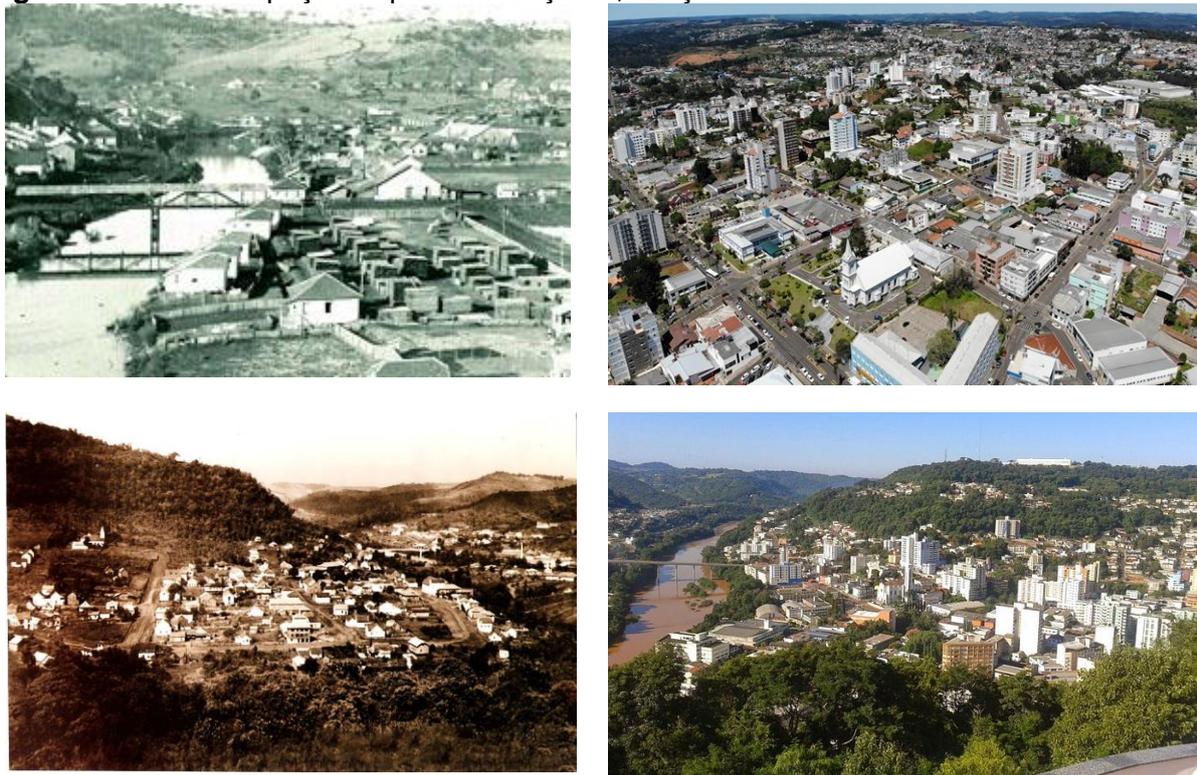
Até 1930 a economia brasileira como um todo, composta de diversas economias regionais, sustentou os preços do café. A cafeicultura funcionou como motor da economia brasileira, puxando as economias regionais até a Primeira Guerra Mundial, quando os preços do café despencaram e para agravar a situação em 1920 começou o longo período depressivo mundial que só terminou após a Segunda Guerra. Isto quer dizer que durante toda a década de 20 as economias regionais periféricas sustentaram São Paulo, sem nenhuma contrapartida (MAMIGONIAN, 2009, p. 2).

⁴ Para a autora a palavra equilibrada denota o sentido do tamanho e da distribuição espacial das cidades catarinense, não havendo relação com a homogeneidade/integração.



Na década de 1920, o Vale do Rio do Peixe já apresentava pequenos núcleos urbanos desenvolvendo atividades econômicas, tendo a pequena produção mercantil como realidade regional, que mantinha relações comerciais com outras regiões do país, especificadamente o Sudeste. Além da extração da erva-mate e da madeira, o plantio de milho, mandioca, trigo, farinha e produtos derivados da carne eram comercializados a princípio regionalmente e, mais tarde nacional e internacional (ESPÍNDOLA, 1996). Conforme a pequena produção mercantil cresceu, também as áreas urbanas se modificaram para dar origem a pequenos empreendimentos como oficinas mecânicas, produção de equipamentos, artesanatos agrícolas e beneficiamento de carne suína e de aves (ESPÍNDOLA, 1996), podendo observar a incipiência dinâmica econômica na região. O mosaico de imagens que segue (figura 1) demonstra as três cidades polo da rede urbana do Vale do Rio de Peixe, com imagens comparativas entre os anos de 1930 com o atual aspectos delas.

Figura 1: Mosaico espaço-temporal de Caçador, Joaçaba e Videira





Fontes: Eder Luiz Notícias (Joaçaba antiga) (2022); Caçador Online (Caçador antiga) (2022); Associação Catarinense de Criadores de Suínos (Videira antiga) (2022). As imagens atuais são dos sítios das prefeituras municipais.

Mais do que isto, ainda se identifica alguns critérios definidos por Corrêa (2006) como essenciais em uma rede urbana: produção, circulação e consumo.

[...] ao menos, são satisfeitas as seguintes condições. Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verifica-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se assim em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades diferentes daquelas da produção agropecuária e do extrativismo vegetal: comércio, serviços e atividades de produção industrial. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realize-se plenamente, atingindo os mercados consumidores (CORRÊA, 1994, p. 6-7).

As articulações econômicas e sociais entre os núcleos urbanos situados ao longo da margem do Rio do Peixe por meio das diversas estações ferroviárias com distância entre elas de vinte a trinta quilômetros (VALENTINI, 2015), demonstra a ligação entre os primeiros núcleos urbanos (vilas), bem como o início da divisão territorial do trabalho, reflexo da rede urbana que se constituía nesta localidade.

A articulação resultante da circulação vai dar origem e reforçar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles, e ao tamanho demográfico. Esta diferenciação traduz-se em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e em especializações funcionais (CORRÊA, 1994, p. 7).

Paulatinamente, os pequenos núcleos urbanos situados nas margens do Rio do Peixe, adquiriam novas dimensões no que se refere na articulação entre eles, nas relações políticas e econômicas, no aumento demográfico e nas especializações funcionais ao passo que a produção local era projetada para outras escalas estaduais e nacionais. Nesse sentido, Campos (1987) vai apontar uma das principais atividades econômicas no Vale do



Rio do Peixe a partir da década de 1920 que proporcionou a ampliação dos valores excedentes:

O processamento industrial do suíno não era, naquela época, uma atividade oligopolizada em nível nacional, permitindo inicialmente a criação de diversos frigoríficos. A base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação prévia calcada na pequena produção familiar. Se na fase meramente comercial a demanda por suínos extrapolou os limites do Vale do Rio do Peixe, a acumulação de capital agroindustrial elevou fortemente esta procura. O polo comercial e agroindustrial do Vale do Rio do Peixe passou a interferir na economia de todo o oeste catarinense (CAMPOS, 1987, p. 135-136).

Desta forma, os frigoríficos passam a ter um papel importante nas mudanças que serão estabelecidas na região na décadas seguintes, onde a carne de ave e suíno terá um ampla centralidade na divisão do trabalho.

3. A ESPACIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO VALE DO RIO DO PEIXE

A atividade voltada para o beneficiamento da carne ganhou destaque no Vale do Rio do Peixe na década de 1930, proporcionando a expansão desta atividade e alcançando outros mercados em escala nacional. Corrêa (2006) sinaliza para uma questão bastante relevante a partir dessa fase de produção, circulação, consumo e acumulação de capital que o Vale do Rio do Peixe iniciou nas primeiras décadas do século XX.

A circulação, ao envolver a criação de novos e ampliados valores excedentes, faz-se necessariamente no âmbito de um amplo território em expansão ou submetido a um processo de intensificação das atividades ali localizadas. Esse território caracteriza-se, por outro lado, por diferencialidades socialmente produzidas ou valorizadas, como os recursos naturais, especializações produtivas já estabelecidas, mercados de trabalho e de consumo diferenciados, infraestrutura etc, que implicam a possibilidade de obtenção de excedentes sociais novos e ampliados. Em razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo – decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final e, ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas, localizados no amplo território -, torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação. Estes pontos são os centros urbanos. O conjunto de centros urbanos que participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana (CORRÊA, 2006, p. 29).

A produção expressiva no campo a partir das atividades relacionadas à criação de suínos e extração de madeira, somado a uma área urbana que atua como ponto de concentração, decisão e beneficiamento do produto se constituem como pontos de interferência na circulação em uma rede que abriga a produção, circulação, consumo, poder de decisão e apropriação do valor excedente (CORRÊA, 2006).

Goularti Filho (2016) assinala algumas atividades que eram desenvolvidas nas primeiras vilas no Vale do Rio do Peixe, frisando a diferenciação funcional presente nas áreas urbanas:

Nos anos 1930, começaram a surgir na região casas comerciais que revendem alimentos e cereais para o interior de São Paulo e para a própria capital paulista e



que, mais tarde, nos anos 1940, transformaram-se em moinhos e em frigoríficos como a Ponzoni, Brandalise e Fritz Lorenz em Perdizes (atual Videira); Casimiro Tisian em Bom Retiros dos Campos Novos; Fuganti, Fontana & Cia. (atual Joaçaba); Freitag, Assmann & Cia. em Piratuba; Ludovico J. Tozzo & Cia. em Chapecó; e Saule Pagnoncelli em Herval d'Oeste. Há casos de proprietários de moinhos ou de frigoríficos que inicialmente acumularam capital por meio do corte e comércio da madeira. Portanto, a origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na sua integração comercial com os centros consumidores de São Paulo (GOURLARTI FILHO, 2016, p. 93).

O fortalecimento das atividades voltadas à suinocultura, agrícola e da madeira trouxeram a possibilidade de acúmulo de capital que proporcionou tanto o aumento da produção (grande capital agroindustrial) e a mercantilização da produção camponesa, marcando uma nova fase entre a pequena produção mercantil familiar e o grande capital industrial, iniciado na década de 1940 com os grandes frigoríficos e empresas voltadas para o beneficiamento da madeira.

Por conseguinte, as antigas vilas ao longo do rio do Peixe tornaram-se municípios que, ao passo do fortalecimento da indústria, atraíram mão de obra do campo para cidade nos anos posteriores. Vários municípios de baixa densidade demográfica foram surgindo ao longo do século XX que compõem a rede urbana do Vale do Rio do Peixe, no total de vinte e oito municípios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ocupação Serra Acima, em Santa Catarina, no sentido de explorar economicamente novos territórios, o Oeste e a microrregião do Vale do Rio do Peixe, passaram por diversas transformações que vai desde a social como a econômica, ambas imbricadas, resultando em uma conjuntura propícia para a inserção do capital internacional e de mudanças no modo de produção regional.

Com a política de colonização voltada a ocupar o “vazio” demográfico nesta região catarinense, foi possível averiguar uma grande quantidade de pessoas que compravam pequenos lotes para se fixarem e produzir naquelas terras. Foi esse processo de ocupação que iniciou ainda no século XIX, e perdurou até meados do século XX, que se pode compreender uma reestruturação produtiva e econômica, impulsionada, sobretudo pela presença da estrada de ferro causadora da Guerra do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916.

Nesse sentido, muitos dos municípios no Vale do Rio do Peixe que apresentam maiores especificações funcionais são os que desde quando eram vilas apresentavam uma dinâmica e interação social e econômica mais acentuada com outras localidades, bem como, a proximidade com a linha férrea que lhes trazia certas vantagens no sentido de ser



um ponto no território onde as mercadorias eram armazenadas para serem escoadas posteriormente, resultado na maior absorção do capital e da divisão territorial e social do trabalho.

Políticas voltadas para o desenvolvimento de meios técnicos para municípios como, Joaçaba, Caçador e Videira, foram decisivas para o desenvolvimento de indústrias e serviços nestas localidades. A junção de fatores como o histórico, político, econômico contribuíram para a formação da rede urbana do Vale do Rio do Peixe e da hierarquização com os três municípios apresentando maiores indicadores socioeconômicos na região, desta forma, exercendo uma centralidade regional e influenciando sua hinterlândia.

REFERÊNCIAS

BEZ, L. **Inserção Econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe na Rede Urbana de Santa Catarina**. 2008. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense. 1987. 373 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federa da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo; Campinas, SP: Global Ed.: Editora da Unicamp; Em co-edição com o Programa Nacional de Pesquisa Econômica: [s.n.]. 1985.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ESPÍDONLA, C. J. **As Agroindústrias do Oeste Catarinense**: o caso Sadia. 1996. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1996.

ESPÍNDOLA, C. J.; SILVA, M. A. da. Formação sócio-espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **EXPERIMENTAL**. n. 3, p. 61-67, set. 1997.

FRAGA, N. C. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: Flamarion Duarte Alves, Sandra de Castro de Azevedo, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Ana Rute do Vale. (Org.). *A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea*. 1ªed. Alfenas, MG: Editora da Universidade Federal de Alfenas, 2019, v. 1, p. 84-114.

FRAGA, N. C. **Território e Silêncio**: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas*. 2ªed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 73-90.



FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, 1963.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. ver. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

MAMIGONIAN, A. Vida regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, n. 2, p. 35-39, 1969.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, n.2, p. 7-49, maio. 2000.

MAMIGONIAN, A. **Estudos sobre o Pensamento Geográfico**. 2005. 264 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAMIGONIAN, A. O Nordeste e o Sudeste na Divisão Regional do Brasil. **Revista Geografia Econômica**. Florianópolis: UFSC, n. 2, jan. 2009.

MIOTO, B. T. **Integração econômica em Santa Catarina**: transformações no período da desconcentração regional (1970-2005). 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp, Campinas, 2011.

MORAES, C. **Uma velha moldura habitada por silêncio, um fundo territorial e seis verbos para integrar**: a formação territorial do oeste catarinense (1880-1940). 2018. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1982.

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática.

RENK, A.; WINCKLER, S. **A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina** - uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. Território, imigração e diversidade - v. 31, n.49, dez/2018, p. 10-22

SANDRONI, P. (Org.). **Dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

RANGEL, I. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. – 6. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. – 5. ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.



SIEBERT, C. F. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do vale do Itajaí.** Blumenau: Ed. da Furb, 1996.

SINGER, P. I. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889- 1930.** História Geral da Civilização Brasileira. t 2. vol. 1. São Paulo: Difel, 1977.

VALENTINI, D. J. Processos de colonização e a população cabocla no oeste catarinense. *In*: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. (Orgs). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai.** Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó-SC, UFFS, 2015.

VIEIRA, M. G. E. D.; PEREIRA, R. M. F. A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: o caso do Brasil subtropical. **Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social.** Florianópolis, v. nº 3., p.175-206, jul. 2009.